

ELITES REGIONAIS E REALINHAMENTOS POLÍTICOS NO ESPÍRITO SANTO (1930-1964)

UEBER JOSÉ DE OLIVEIRA*

RESUMO

Objetiva compreender o Estado do Espírito Santo no contexto do federalismo brasileiro, tendo como *pano de fundo* os dilemas constitutivos da formação e do desenvolvimento do Estado nacional, cuja materialidade se dá no debate entre centralização *versus* descentralização. Neste sentido, observar-se-ão os rebatimentos das mudanças institucionais que se operaram no plano nacional e no contexto regional capixaba em termos de realinhamentos e rearranjos político-partidários, da Revolução de 30 até o Golpe de 1964. A principal hipótese é a de que os sistemas partidários são formados a partir das elites e máquinas políticas e eleitorais que transpõem com êxito as fronteiras e turbulências representadas pelas mudanças institucionais.

PALAVRAS-CHAVE: Federalismo; Elites políticas; instituições; mudanças institucionais.

ABSTRACT

Aims to understand the state of the Espírito Santo in the context of Brazilian federalism, with the backdrop of the dilemmas that constitute the formation and development of the national state, whose materiality gives the debate between centralization versus decentralization. In this regard, note will be the repercussions of the institutional changes that have taken place at the national and regional context capixaba in terms of realignments and rearrangements political party, the Revolution of the 1930 until the 1964 coup d'état. The main hypothesis is that party systems are formed from the elites and political and electoral machines that span borders and successfully turbulence represented by institutional changes.

KEYWORDS: Federalism, Political elites, institutions, institutional changes

* Doutor em Ciência Política – Ufscar e Mestre em História Social das Relações Políticas – Ufes; Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHis/Ufes) e Professor do Departamento de Educação e Ciências Humanas – Ufes/Ceunes. Contato email: ueberoliveira@yahoo.com.br

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

O presente artigo tem por objetivo compreender o estado do Espírito Santo no contexto do federalismo brasileiro, tendo como *pano de fundo* os dilemas constitutivos da formação e do desenvolvimento do Estado nacional, cuja materialidade se dá no debate entre centralização *versus* descentralização. Neste sentido, observar-se-ão alguns aspectos dos rebatimentos das mudanças institucionais que se operaram no plano nacional, no contexto da República (1930-1964) e no contexto regional capixaba em termos de realinhamentos e rearranjos político-partidários.

A principal hipótese é a de que os sistemas partidários são formados a partir das elites e máquinas políticas e eleitorais que transpõem com êxito as fronteiras e turbulências representadas pelas mudanças institucionais. Nesse aspecto convém ressaltar que o conjunto da literatura relevante sobre partidos políticos e sistemas eleitorais no Brasil, a exemplo de Lamounier (1989), Meneguelo (1998), Motta (1999), entre vários outros, dá ênfase excessiva aos aspectos de *descontinuidade* entre os diferentes sistemas que vigoraram ao longo da história política do Brasil. O presente trabalho busca trilhar outro caminho, buscando aproximações com autores que levam em consideração os elementos de *continuidade* entre os sistemas partidários. Entre eles, se destacam Carvalho (2008), Grinberg (2009), Madeira (2002) e Madeira (2006), entre outros.

O ESPÍRITO SANTO NA ERA VARGAS (1930-1945)

Na fase final da Primeira República, especialmente a partir de meados da década de 1920, aflora no seio dos setores médios recém-emergentes da sociedade brasileira em geral, uma série de manifestações contrárias ao modelo político vigente naquele contexto. O discurso liberal pelo voto secreto e pela moralização dos processos eleitorais ganha força e acaba se materializando em movimentos sociais, a exemplo do *Tenentismo*.

Assim, passa a ser alvo de duras contestações as chamadas eleições por *bico de pena* em que os resultados eram decididos pelas elites políticas locais detentoras do poder. Sobre os processos eleitorais da Primeira República, o sobrinho de Jerônimo Monteiro, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, ao qual voltaremos a fazer referência neste trabalho, em um de seus depoimentos afirma que “[...] não havia abstenção. Não havia nada. Faziam o resultado como queriam. Não

havia protesto [...]”.¹ De modo geral, as escolhas eleitorais eram fraudadas em proveito do situacionismo político, por meio do *voto de cabresto* utilizado pelos coronéis que manipulavam os votos dos eleitores de seu *curral eleitoral*. Dessa forma, os resultados das eleições geralmente eram construídos bem antes da eleição e as escolhas políticas e eleitorais ocorriam no âmbito do partido e competia ao eleitorado, direcionado pelos coronéis, a confirmação da chapa dos candidatos. Elucidativo neste sentido é o depoimento do mesmo Carlos Monteiro Lindenberg em que relata como se dava o controle dos eleitores pelos coronéis no Espírito Santo:

[...] Quando eu tinha uns sete anos para oito anos o meu tio alistava os eleitores da fazenda. Eles eram analfabetos. Para registrar como eleitores tinham que dar uma procuração para meu tio. Então nós, os meninos, eu, Benvindo de Novaes, Moacir, fazíamos o Constituo: “constituo meu bastante procurador o coronel Antonio de Souza Monteiro para efeito de me alistar em Itapemirim”. E a gente assinava o nome do sujeito [...]”.²

Do mesmo modo, passa a ser alvo de duras críticas, o domínio dos aparelhos regionais de Estado pelos grupos oligárquicas, as quais lutavam entre si pelo controle dos espaços de poder, uma vez que, tal como argumenta Achiamé (2010; p. 90), “[...] o controle desse aparelho dava à facção vencedora uma vantagem extra, pela importância política considerável que possuía a administração pública [...]”. Assim, pelo sistema que vigorava na Primeira República, no período eleitoral ou na formação de governos, quem não era correligionário, era automaticamente considerado inimigo, configurando um jogo de soma zero.

O rompimento com esta ordem política e social se dá em 1930, exatamente por ocasião das eleições presidenciais e da dissensão na oligarquia que comandava o país no contexto da Primeira República, que denominam *política do café com Leite*³.

¹ LINDENBERG. Carlos. **De viva voz:** depoimento de Carlos Lindenberg. Vitória: IHGES; AESL; Cultural-ES, 1989, p. 28-29.

² LINDENBERG. Carlos. **De viva voz:** depoimento de Carlos Lindenberg. Vitória: IHGES; AESL; Cultural-ES, 1989, p. 28-29.

³ **A alternância de poder foi celebrada no chamado Pacto de Ouro Fino, ocorrido em 1913, por Cincinato Braga, representando São Paulo e Julio Bueno Brandão, de Minas Gerais e teve como objetivo diminuir a influência política do Rio Grande do Sul, representada por Pinheiro Machado. Segundo a tese mais geral, tal acordo foi rompido por São Paulo em 1930, quando se recusou em apoiar o candidato mineiro em favor do candidato Julio Prestes. Todavia, muitos criticam essa visão, indicando que não há uma alternância entre paulistas e**

Nesse momento, as forças políticas espírito-santenses dividiam-se em duas correntes opostas: uma delas congregava os políticos que apoiavam o situacionismo nas esferas estadual e federal, ou que se alinhavam a Washington Luiz, apoiando seu candidato Julio Prestes. Neste grupo estavam os políticos ligados ao então Presidente do Estado Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930), incluindo os partidários de Bernardino Monteiro, além de vários seguidores de Jerônimo Monteiro que, apesar de discordarem do governo local, hipotecavam apoio ao situacionismo federal (ACHIAMÉ, 2010)⁴.

A outra corrente, minoritária, reunia políticos vinculados à Aliança Liberal, tais como Fernando de Abreu, que participara da *Revolta de Xandoca* de 1916 contra a eleição de Bernardino, o advogado Afonso Correa Lírio (antijeronimista estremo), o Deputado Federal Geraldo Viana, que esteve incorporado à corrente bernardinista, mas que havia rompido por ocasião do Governo Aristeu Borges de Aguiar, e o juiz de direito João Manuel de Carvalho, filiado à corrente jeronimista (ACHIAMÉ, 2010). Hipotecaram apoio ao movimento, vendo nele a possibilidade de concretização de seus objetivos políticos, entre eles o de chegar ao comando da direção política estadual, uma vez que diante da situação vivenciada no período seria muito difícil alcançá-los pelas vias eleitorais.

Tal panorama demonstra, portanto, que o posicionamento político dos segmentos oligárquicos capixabas no plano nacional não correspondeu às divergências e conflitos políticos regionais: *Bernardinistas* e *Jeronimistas* se subdividiram e se reagruparam em respectivos apoios às candidaturas *situacionistas* e *aliancistas*, por ocasião das eleições presidenciais.

Após a Revolução de 1930, o realinhamento na política estadual seria fortemente marcado pelos segmentos oligárquicos

mineiros. Polêmicas à parte, trabalhamos com a idéia que, independente se havia ou não tal alternância, houve uma dissensão na oligarquia dominante.

⁴ Marta Zorzal e Silva (1995) defende a posição de que a corrente Jeronimista, pelo fato de se encontrar alijada do poder estadual, havia aderido à Aliança Liberal. Todavia, sem adentrar nos detalhes analíticos da questão, endossamos a visão de Fernando Achiamé (2010), em seminal trabalho sobre o Espírito Santo na Era Vargas, que defende a tese de que “[...] Tudo indica que [Jerônimo] não abraçou de forma entusiasmada a campanha da Aliança Liberal, nem do Movimento de Outubro de 1930 [...]”. Para o referido autor, Jerônimo, além de outros dois ex-presidentes do Estado (Nestor Gomes e Marcondes de Aguiar), estavam insatisfeitos com a situação política regional e simpatizavam com uma dissidência no plano federal que poderia render-lhes dividendos políticos, o que não quer dizer que tenham apoiado a Aliança Liberal. Para maiores esclarecimentos, ver: ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na Era Vargas: elites políticas e reformismo autoritário (1930-1937)** (1930-1937). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

predominantes no contexto da República Velha que, como salientado, se faziam representar entre os *aliancistas*. A composição da Junta Governativa, criada em outubro de 1930, não deixa dúvidas nesse sentido: foi formada, de um lado, pela tendência jeronimista, com João Manoel de Carvalho e, de outro, por um elemento possuidor de uma postura antijeronimista, no caso Afonso Correia Lírio, além de João Punaro Bley⁵, cuja indicação como membro da Junta Governativa e depois como interventor, se deveu ao interesse de Vargas em atender aos anseios dos Tenentes⁶ (ACHIAMÉ, 2010). Nesse sentido, o *compromisso* consistia em acomodar os objetivos do poder central com os interesses regionais.

A acomodação dos agrupamentos locais na nova lógica de poder se manifestaria, também, no papel exercido pela *Associação Comercial de Vitória*, representante da classe dominante local. Demonstrou claramente sua influência na política estadual no período em questão. No início, ainda antes da Revolução, hipotecou apoio e se mostrou solidária ao governo Aristeu de Aguiar (1928-1930). Porém, ao pressentir o curso dos acontecimentos, os diretores da Associação se dirigiram ao palácio do governo com o objetivo de propor a Aristeu de Aguiar um acordo com as forças revolucionárias, buscando evitar um confronto entre estas e as forças fiéis ao Presidente do Estado. Após a renúncia de Aristeu Borges de Aguiar, a Associação passa a se inclinar para a fonte do novo poder e terá papel destacado ao recomendar, por meio de telegrama a Getúlio Vargas, o nome de Punaro Bley para Interventoria⁷ (ACHAMÉ, 2010).

Para promover a pacificação da política local e até mesmo se

⁵ João Punaro Bley nasceu em Montes Claros – MG em 14 de novembro de 1900. Se formou pela Escola Militar do Realengo. Foi enviado pelo Presidente Washington Luis para combater os revoltosos de 1930 no Espírito Santo, e acabou aderindo o movimento. Permaneceu como administrador do Estado por quase uma década e meia, sendo interventor federal de 1930 a 1935, governador eleito pela Assembléia Legislativa estadual de 1935 a 1937 e novamente como interventor de 1937 a 1943. Veio a falecer no Rio de Janeiro, no dia 20 de abril de 1983.

⁶ Os *Tenentes* durante a década de 1920, aliados a outros setores urbanos, fizeram importantes mobilizações políticas a favor da moralização do processo eleitoral e foram também atores estratégicos na Revolução de 30. Para maiores esclarecimentos, ver: CARONE, Edgar. *O Tenentismo. São Paulo: Difel, 1975.*

⁷ Em suas *memórias*, Bley argumenta que a sua escolha se deveu ao fato de ser ele o oficial de mais alta patente em Vitória naquele momento. Porém, além da importância do papel desempenhado pela Associação Comercial, Achiamé (2010) argumenta que, durante a movimentação para a composição da Junta, bem como nos momentos posteriores, Bley trabalhou para afastar do caminho outros possíveis pretendentes ao posto de líder militar da Revolução no Espírito Santo.

manter no poder, Punaro Bley se valeu do principal instrumento à sua disposição, a delegação outorgada pelo Chefe do Governo Provisório, cumprindo à risca os ditames do poder central, por meio do controle da burocracia estatal (especialmente a Polícia, o fisco e o magistério). Nesse sentido, uma nova ordem no poder estadual passa a pairar acima das antigas correntes políticas, que poderiam continuar a existir, mas a ela submetidas. E completa Achiamé (2010, p. 139) dizendo que

Significativamente, a interventoria não foi atribuída a nenhuma dessas correntes. Ambas ficaram submetidas à nova liderança que dominava o aparelho do Estado, liderança que soube se manter independente das disputas políticas locais originadas na chamada República Velha, mas que as fomentou e delas se utilizou quando era do seu interesse. Podemos considerar que essa era a tradução, em ponto menor e em nível estadual, do “Estado de Compromisso” estabelecido no âmbito nacional [...].

Essa composição com as forças políticas locais se manifestara também quando analisamos as movimentações de Punaro Bley, por ocasião da Constituição de 1934, e da iminente necessidade de angariar apoio para a sua candidatura ao Governo Constitucional que se iniciaria no mesmo ano. Neste momento, pressionado a promover a reconstitucionalização do país, Getúlio Vargas patrocina a criação de partidos políticos estaduais que agissem como forças de apoio aos interventores e, por conseqüência, ao poder que exercia de forma cada vez mais centralizada. Assim, nos planos nacional e estadual, foram criados diversos partidos tais como o Partido Social Democrático (PSD); a Ação Integralista Brasileira (AIB); o Partido da Lavoura (PL); além do Partido Proletário (PP), bem como reanimada a expectativa de legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Para os propósitos do presente artigo, que pretende observar a elite política do Espírito Santo a cada rearranjo institucional verificado no Brasil no decorrer da República, interessa a análise, mesmo que panorâmica, daquele PSD, que seria o partido de sustentação ao Governo Constituinte. Sobre a formação deste partido, assim se manifesta João Punaro Bley:

[...] O ano de 1933 foi dos mais difíceis e trabalhosos, em face da convocação de eleições para a Assembléia Constituinte. [...] Assim, cumpria-nos organizar um partido para apoiar Getúlio e defender os ideais da Revolução [...]. A exemplo dos demais estados, fundamos

o Partido Social Democrático do Espírito Santo, congregando revolucionários e outros elementos de maior projeção na vida do estado, desde que não comprometidos fundamentalmente com o governo deposto [...].⁸

Econômica e administrativamente, Bley encontrou o Estado numa situação caótica, advinda da gestão anterior, do governo de Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930), já associado a uma imagem de ineficiência e irresponsabilidade, naquela altura de crise econômica aguda ante o *crash de 29*.

Diante da situação que se encontrava o Estado, a ação do governo Bley se voltou, em primeiro lugar, para o saneamento das finanças públicas. Procurou reduzir em 67% o montante das despesas orçadas para o exercício de 1931 - já em execução -, em relação ao orçamento anterior (GRAZZIOTTI, 2006; MENDONÇA, 2002). Isso graças ao fato de ter certa liberdade de ação em relação às injunções regionais, passando a obedecer mais às diretrizes do poder central. (VASCONCELLOS, 1995).

Bley se ocuparia também de controlar os chefes políticos locais por meio do decreto estadual Nº 983 de 31 de março de 1931, que criou a *Inspetoria dos Municípios*, depois denominada *Departamento das Municipalidades*, cuja atribuição era fiscalizar as ações dos prefeitos nomeados e orientar a ação municipal na aplicação de seus recursos. Essa realização, inclusive, foi pioneira no Brasil, sendo adotada posteriormente por outros estados, devido à sua eficácia em controlar as finanças e a política desenvolvida pelas administrações locais. Esse controle das municipalidades pelas Interventorias teve repercussão até mesmo na Assembléia Constituinte de 1933-1934, tal como reconhecido por Vitor Nunes Leal (1975, p. 86).

Apesar de tais realizações, via de regra, considera-se que o Governo Punaro Bley não gerou transformações substanciais da economia do Estado. Segundo Siqueira (1995, p. 34),

[...] Inserido na dinâmica econômica nacional, o Espírito Santo tinha na agricultura a base de suas atividades econômicas de produção, apoiando-se em um produto de exportação - o café [...]. Na década de 40, esse produto permanecia absoluto na pauta de exportação estadual [...]. A produção industrial, incipiente, representava um setor pouco importante no contexto econômico capixaba. Tipicamente primária, a principal produção resultava do beneficiamento do café

⁸ BLEY, João Punaro. *Memórias*. Fotocópia manuscrita. CPDOC/FGV, J.P.B.d.0000.00.00/2, Rio de Janeiro, p. 80

Porém, a análise mesmo que superficial do governo Bley, mostra que ele seguiu a orientação da política traçada no plano nacional, dentro daquilo que se convencionou chamar de *reformismo autoritário*, no qual os processos de reformas se deram a partir da união das idéias de ruptura e continuidade que buscava, ao mesmo tempo, a modernização institucional postergando os avanços sociais das classes subordinadas e, dessa forma, patenteando o aspecto de continuidade nas muitas ações políticas da época (ACHIAMÉ, 2010).

Por outro lado, se é verdade que não houve grandes rupturas no desenvolvimento da economia capixaba no período, também não se pode deixar de mencionar que foi o Governo Bley o responsável por iniciar o aparelhamento do Estado com um suporte técnico-financeiro capaz, mais à frente, de impulsionar o desenvolvimento regional. Para tanto, criou-se a Escola Prática de Agricultura de Santa Teresa (Decreto-Lei Nº 12.143, de setembro de 1940), com a finalidade específica de formar homens com conhecimentos claros e racionais acerca de agricultura, pecuária e seus derivados (GRAZZIOTTI, 2006); criou o Instituto de Crédito-Agrícola do Espírito Santo (Decreto-Lei Nº 6.627, de 1935), o qual foi posteriormente, em 1937, transformado no Banco de Crédito Agrícola do Estado do Espírito Santo e hoje constitui o atual Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES⁹. E foi ainda na gestão Bley que se deu a implantação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), cujos impactos para a economia do Estado foram enormes (GRAZZIOTTI, 2006).

O sucessor do Capitão João Punaro Bley na Interventoria do Estado do Espírito Santo foi Jones dos Santos Neves¹⁰, que esteve à frente do Governo do Estado em duas oportunidades (1943-1945/1951-1955). Segundo o historiador Renato Pacheco (PACHECO, apud MEDEIROS, 2002), Santos Neves demarcou a história capixaba entre antes e depois dele. Esta importância

⁹ Conforme se verá adiante, um dos idealizadores de tal instituição foi Jones dos Santos Neves, que substituiu Bley na interventoria do Estado, a partir de 1943.

¹⁰ Diplomado em farmácia e dono de um estabelecimento do mesmo ramo em Vitória, havia combatido voluntariamente na Revolução paulista de 1932 ao lado das tropas getulistas. Como membro do antigo PSD/ES, foi escolhido por Bley para participar do chamado Conselho Administrativo do Estado, órgão encarregado de formular e analisar políticas públicas, do qual se tornou diretor, cuja proposta de maior destaque foi a criação do Bando de Crédito Agrícola do Espírito Santo, sendo também seu diretor, instituição que se destinava a modernizar a agricultura e fomentar o cooperativismo. Foi escolhido entre outros dois candidatos que, juntos com Jones, compuseram a lista tríplice, eram eles: Mario Freire e Américo Monjardim (VASCONCELLOS, 1995).

atribuída ao ex-governador deve-se ao seu audacioso projeto desenvolvimentista, o qual pode ser vislumbrado em uma de suas mais célebres expressões: “*Os galhos dos cafezais do Espírito Santo já são insuficientes para suportar o peso de nossa economia*”.

Com esta expressão e com este espírito, o governo Jones consolidou as raízes do desenvolvimento capixaba. A ação de Jones como interventor na Era Vargas é vista como muito mais dinâmica do que a do Capitão João Punaro Bley (VASCONCELLOS, 1995). Criou o Departamento do Serviço Público (DSP), a partir da orientação política e técnica do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Simultaneamente, lançou mão de alguns decretos que redefiniram o organograma do governo e criaram o sistema de serviço público, bem como estabeleceram critérios para a promoção do funcionalismo.

Além disso, na gestão de Santos Neves, com base numa estrutura administrativa organizada, impôs aos organismos públicos uma ação planejada. Dentro dessa racionalidade, elaborou o Plano de Obras e Equipamentos que, segundo Vasconcellos (1995, p. 198), “[...] foi a primeira experiência brasileira de planejamento governamental [...]”. Assim, Jones ampliou os recursos públicos por meio da modernização do aparelho arrecadador do Estado, o que tornou possível a execução de um ambicioso plano de obras, priorizando as áreas de saúde, transportes e educação (VASCONCELLOS, 1995).

Os governadores que se seguiram não deram continuidade às ações jonistas. Entre vários fatores, vale dizer, que o setor agrário ainda permanecia hegemônico não permitindo, com isso, a implementação de um projeto de cunho mais urbano-industrial, mesmo na segunda gestão Jones dos anos 1951-1954. Isso só ocorreria a partir de meados da década de 60 conforme os tópicos seguintes.

O ESPÍRITO SANTO NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA (1945-1964)

A partir de 1943, começam a surgir as pressões pela redemocratização do país e pelo fim do Estado Novo. Em Minas Gerais, no mesmo ano, ocorre a manifestação que inaugura as articulações da oposição contra a ditadura varguista, consubstanciada no *Manifesto dos Mineiros*, texto produzido pela elite política de Minas Gerais articulada com a de outros Estados, contando com a assinatura de vários políticos que ficaram fora das esferas de poder durante o Estado Novo.

Pressionado por todos os lados, inclusive por apelos nacionais e internacionais simultaneamente ao período caracterizado pelo refluxo de regimes de cunho autoritário, no início de 1945, Vargas tomou algumas medidas para acalmar seus opositores: decretou anistia aos presos políticos e, em maio de 1945 lançou mão do Decreto-Lei nº 7.586, por meio do qual criou um código eleitoral provisório, que regulamentaria as eleições presidenciais e para a Assembléia Nacional Constituinte (função de que se revestiria o Congresso Nacional). Esta Lei, também conhecida como Lei Agamenon¹¹, introduziu na legislação eleitoral brasileira a exigência de organização de partidos políticos em bases nacionais. Para obtenção do registro eleitoral provisório, as organizações partidárias deveriam atingir o critério mínimo de serem apoiadas por listas de pelo menos 10 mil eleitores. Esse total devia estar, por sua vez, distribuído em, pelo menos, cinco estados da federação com não menos de 500 eleitores em cada um deles. A referida exigência de caráter nacional para os partidos políticos seria consagrada pela Constituição de 1946, o que viria a se repetir em todos os textos constitucionais posteriores. (SCHMITT, 2000).

Durante a Terceira República (1945-1964), o TSE concedeu registro provisório a 32 organizações partidárias. Todavia, entre os anos de 1947 e 1952, 16 desses registros foram cancelados em virtude, na maioria dos casos, do não cumprimento dos critérios organizacionais pré-estabelecidos. Em 1946 outros três partidos haviam se fundido e no contexto do Golpe de 1964, havia 13 partidos em atuação legal em todo o Brasil, mais o PCB que, desde 1947, atuava na clandestinidade (SCHMITT, 2000).

Ao longo dos dezenove anos de regime democrático, quase todos os partidos que se consolidaram no plano nacional marcaram presença na política capixaba¹², com especial destaque para o PSD, a UDN, o PSP e o PTB. O Partido Social Democrático (PSD), criado na perspectiva de reforçar a hegemonia das forças políticas

¹¹ Este código ficou conhecido como Lei Agamenon, em referência ao seu elaborador, o então ministro da Justiça, Agamenon Magalhães.

¹² O Jornalista Rogério Medeiros escreveu uma série de matérias que foram publicadas em 1982 no diário capixaba *A Tribuna*, que buscavam rememorar a história dos partidos políticos brasileiros do período anterior ao Golpe de 1964. Quando foram publicadas, o regime militar buscava consolidar o processo de abertura, que resultaria no fim do bipartidarismo e a instauração de um novo regime multipartidário, momento em que muitas legendas seriam retomadas. Tais matérias estão disponíveis no site do Jornal on line *Século Diário*, de propriedade do próprio Rogério Medeiros: <http://www.seculodiario.com.br/partidos/index.htm>

estaduais vinculados à Getúlio Vargas, surgiu já em 1945, tendo como seu primeiro presidente o ex-interventor varguista Jones dos Santos Neves. Junto com Jones formaram a Comissão Executiva o vice-presidente Ary Vianna, o secretário Carlito Medeiros, um oficial do Exército remanescente da Revolução de 30, que depois migrou para o PSP; teve ainda como tesoureiro Sílvio Monteiro Avidos, descendente de Jerônimo Monteiro, bem como o Secretário Geral Eurico de Aguiar Sales, sobrenho do ex-presidente de Estado Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930), com carreira política de projeção nacional, entre outros.

Além destes, figuraram como importantes nomes do Partido, Atilio Vivacqua, pertencente a uma das famílias mais poderosas da época, tal como Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, sobrinho do ex-presidente Estado¹³ Jerônimo Monteiro, Henrique Novaes, Paulo Rezende, Álvaro Castelo, Asdrúbal Soares, Lauro Ferreira da Silva Pinto, Otaviano Santos, Luiz Ferreira de Lima Freitas, Judith Leão Castelo Ribeiro¹⁴, Cícero Alves, Odilon Castelo Borges, Américo Aguiar, Pedro Seleme, Ildo Garcia, Honório Fraga, Placidino Passos, Alfredo Antônio e Oto de Oliveira Neves, o maior latifundiário do estado na época¹⁵.

Nota-se que os políticos de grande expressão no Espírito Santo se abrigaram no PSD, restando poucas lideranças de peso para os demais partidos. Mesmo assim, a segunda maior força política no Espírito Santo, a UDN, teve como principais fundadores

¹³ Denominação dada ao Governador de estado no contexto da Primeira República (1889-1930).

¹⁴ Judith Leão Castello Ribeiro nasceu no município de Serra, em 1898, sendo filha de João Dalmácio Castello e de Maria Grata Leão Castello, oriundos de duas famílias tradicionais de origem portuguesa. Coursou a escola primária no Município de Serra-ES, e em seguida prestou exame de admissão para o Colégio do Carmo, em Vitória-ES, onde obteve seu diploma no Curso Normal. Diplomada ainda muito jovem passou a lecionar no Ginásio São Vicente de Paulo, na mesma cidade, onde estudaram várias figuras proeminentes do cenário nacional, dentre elas, seus alunos, o ex-Senador João Calmon e o jurista capixaba Clóvis Ramalhete, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal. No Colégio São Vicente, durante quarenta anos ministrou cursos em diversas áreas do conhecimento, tais como Sociologia, Pedagogia, Psicologia, Geografia, Didática entre outras. Após lecionar por vários colégios tradicionais da capital capixaba, em 1947 foi a primeira mulher eleita como deputada estadual no Estado do Espírito Santo, cargo no qual permaneceu por quatro legislaturas consecutivas (1947-1950/1951-1954/1955-1958 e 1959-1962). Morreu no Estado do Rio de Janeiro em 1982.

¹⁵ MEDEIROS, Rogério. Os Partidos no ES. Disponível em <<http://www.seculodiario.com.br/partidos/index.htm>>. Acesso em 6 nov. 2011.

Eurico Rezende, Antônio Gil Vellozo, Fernando Lindenberg, Argeo Lorenzoni, Rosendo Serapião, Eurico de Oliveira Neves, Adhemar de Oliveira Neves, José Cupertino Leite de Almeida e João Calazans, entre outros¹⁶.

O PTB surgiu no mesmo ano sob a liderança de um militar, Floriano Lopes Rubim. Este fator, mais a necessidade de fincar raízes no interior, onde se encontrava a maior parte do eleitorado capixaba, no período, tornou o PTB extremamente conservador¹⁷ que, durante a maior parte do tempo, permaneceu como o terceiro partido político local, tendo à sua frente apenas o PSD e a UDN. Despontaram como importantes lideranças do PTB capixaba: Rubens Rangel, Moacir Brotas, Mário Vello, Luiz Batista, José Rodrigues de Oliveira, os irmãos José e Luiz Buaziz e os militares Floriano Rubim e Isaac Rubim¹⁸.

Todavia, as constantes lutas internas o levaram a fragmentar-se em grupos e alas sempre cambiantes, culminando com a perda da condição de terceira força política para o PSP. Mais tarde, no início da década de 1960, essas lutas internas levaram a um grande racha e à formação de duas novas agremiações partidárias - Partido Trabalhista Nacional (PTN) e o Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

O Partido Social Progressista (PSP) foi fundado por três jovens lideranças políticas da época: Joaquim Leite de Almeida e Harry de Freitas Barcelos, ambos Capitães do Exército, e Hélio Carlos Manhães, radialista de Cachoeiro de Itapemirim, aos quais vieram se juntar mais tarde os médicos Emir Macedo Gomes e Raul Giuberti, tendo o último exercido o cargo de prefeito de Colatina. Os dois últimos não começaram no PSP. Emir veio da UDN e Raul Giuberti do PSD juntamente com Asdrúbal Soares. Na Grande Vitória, o PSP não tinha nenhuma figura importante, espaço que era

¹⁶ MEDEIROS, Rogério. Os Partidos no ES. Disponível em <<http://www.seculodiario.com.br/partidos/index.htm>>. Acesso em 6 nov. 2011.

¹⁷ Consta que foi um simples bilhete de Getúlio Vargas para Floriano Rubim convocando-o para uma reunião no seu refúgio político em São Borja, no Rio Grande do Sul, que fez nascer o PTB no Espírito Santo. Na companhia de Saturnino Mauro (pai do deputado federal Max Mauro, que muito tempo depois viria a ser governador do Estado) e na presença de Jones dos Santos Neves, Floriano ouviu de Vargas o seu batismo trabalhista: - Tu vais organizar o PTB no Espírito Santo juntamente com o Saturnino. E disse para Jones dos Santos Neves: - Tu vais reestruturar o PSD. Para maiores esclarecimentos, ver: MEDEIROS, Rogério. Os Partidos no ES. Disponível em <<http://www.seculodiario.com.br/partidos/index.htm>>. Acesso em 6 nov. 2011.

¹⁸ MEDEIROS, Rogério. Os Partidos no ES. Disponível em <<http://www.seculodiario.com.br/partidos/index.htm>>. Acesso em 6 nov. 2011.

coberto por Américo Bernardes da Silveira, prefeito de Vila Velha por vários mandatos¹⁹.

Nos anos 1945-1964, é consensual a idéia de que as sociedades brasileira e capixaba haviam se tornado mais complexas e hierarquizadas, deixando aos poucos de se enquadrar no binômio senhor de terras e seus dependentes. Como já indicado, as eleições no período anterior a 1930 baseavam-se em inúmeros expedientes, como fraudes, falsificação de assinaturas, alterações de atas eleitorais (instrumento de falsificação chamado de *bico de pena*), dentre outros (NICOLAU, 2002).

Após a redemocratização de 1945, foram criadas diversas regras visando diminuir as falcatruas eleitorais: foi restabelecido o voto secreto, instituído para as eleições constituintes de 1934, enquanto as mesas receptoras e comissões legislativas perderam a atribuição de apurar os resultados eleitorais; foi também criada a justiça eleitoral, como instância independente, que teria a responsabilidade de organizar os pleitos e apurar os votos.

Embora ainda sobrevivessem as influências dos chefes políticos e dos clãs familiares locais, paralelamente, emergia a importância de lideranças personalistas, ao tempo em que a política começava a girar mais em torno dos partidos, organizações que estavam começando a se institucionalizar. Isto é, aumentava a competitividade eleitoral em pleitos mais lisos e democráticos e surgiam as condições de incertezas típicas de processos eleitorais (SILVEIRA, 1998; LAVAREDA, 1991).

Apesar desse relativo fortalecimento das instituições partidárias, neste contexto, o personalismo atingiu seu auge com a emergência de líderes nacionais que gozavam de grande carisma entre as massas populares, tais como Getúlio Vargas, Ademar de Barros, Jânio Quadros, Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda; e, no plano regional, Carlos Lindenberg, Atilio Vivácqua, Jones dos Santos Neves, Raul Gilberti, Francisco Lacerda de Aguiar. Ocorre que este personalismo não se dava mais aos moldes tradicionais, a partir de contatos e compromissos definidos caso a caso. A proteção do líder passava cada vez mais a ser implementada por intermédio de medidas governamentais que beneficiavam as grandes massas, via Estado. Assim, o controle dos aparelhos regionais de Estado passa a figurar como elemento *sine qua non* do processo político.

No caso específico da realidade capixaba, embora ainda

¹⁹ MEDEIROS, Rogério. Os Partidos no ES. Disponível em <<http://www.seculodiario.com.br/partidos/index.htm>>. Acesso em 6 nov. 2011.

mantendo a base econômica primário-exportadora baseada no café, com a elite política correspondente aparelhada nos espaços de poder, o que impedia saltos qualitativos em termos desenvolvimentistas, o Espírito Santo também passava por transformações, especialmente no decorrer das décadas de 30, 40 e 50, que impactaram na sua face político-social em duplo sentido. De um lado, ampliou a composição dos grupos políticos pré-existentes e permitiu que as tendências divergentes ou rivais entre si ocupassem espaços partidários distintos no sistema partidário em formação. De outro, houve o surgimento de novas forças políticas, formadas no seio da pequena produção rural e urbana, as quais passaram a reivindicar e adquirir espaços nas esferas de decisão (SILVA, 1995).

O efeito dessas transformações foi a formação de um espectro político bem mais heterogêneo e fragmentado, cujo substrato básico estava constituído conforme quadro abaixo:²⁰

TABELA 1 – Síntese da composição social do Espírito Santo – 1945-1964

COMPOSIÇÃO SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO – 1945-1964	
a)	<i>Forças agrofundiárias</i> - que conseguiram conquistar determinados espaços junto ao aparelho regional de Estado e que, no decorrer do tempo foram, gradativamente, ampliando os espaços na composição com João Punaro Bley, mas que estavam em decadência;
b)	<i>Forças Mercantis-exportadoras</i> - tanto aquelas que haviam sido destronadas no contexto da revolução de 30, quanto aquelas que haviam se rearticulado em torno da Gestão Punaro Bley;
c)	<i>Forças constituídas no seio da pequena produção rural e do complexo terciário dos núcleos urbanos do interior do Estado</i> a ele vinculados - que representava a grande massa populacional, dada a distribuição demográfica do Estado. Grande parte desse contingente era oriunda da colonização estrangeira estimulada nos anos finais do século XIX e início do XX, em especial nos Governos de Muniz Freire, tal como indicado no início deste capítulo;
d)	<i>Forças constituídas no seio das classes populares urbanas</i> , em especial do setor terciário da economia, localizadas em Vitória, Cachoeiro do Itapemirim e Colatina e suas respectivas imediações;
e)	<i>Forças urbano-industriais/conservadoras emergentes</i> - adeptos de políticas voltadas para o desenvolvimento urbano-industrial cuja materialidade se deu, principalmente, a partir da Interventoria Jones dos Santos Neves (1943-1945) que, apesar da não continuidade de seu projeto desenvolvimentista, também atuará como um importante <i>lôcus</i> de pressão que mais à frente se reunirá na Federação das Indústrias.

FONTE: Elaboração própria com base nos dados de Silva (1995) com algumas modificações.

²⁰ Este esquema foi elaborado a partir de Zorzal (1995). Porém, pelo fato de termos uma compreensão um pouco diferente no que tange à composição sócio-política do Espírito Santo do período 1945-1964, imprimimos algumas modificações.

Seria a partir desse campo social que as diversas agremiações partidárias do período se formariam, com destaque para dois grupos de interesses principais que, com o tempo, se tornaram cada vez mais conflitantes, no caso os setores *agropundiários* e os *urbano-industriais*.

Nesse cenário político-social, o PSD despontou como o principal partido do período democrático, pois aglutinou a maior parte das forças políticas em disputa. Isso ocorreu graças às articulações do então Interventor Jones dos Santos Neves, primeiro presidente do partido, que adotou a estratégia de agregar o maior número possível de lideranças e suas respectivas correntes e tendências, no sentido de manter o controle sobre o aparelho regional de estado, bem como seguir a orientação de construir agremiações partidárias fortes e de abrangência nacional.

Quanto à composição das novas agremiações partidárias, nota-se que remanescentes dos grupos políticos que protagonizaram o cenário político durante a Primeira República e que haviam se acomodado na estrutura de poder montada na Era Vargas (1930-1945), retomam os seus espaços, ou pelo menos parte deles.

É o caso de Carlos Lindenberg e Atílio Vivácqua. O primeiro, como salientado, era líder pertencente à antiga corrente *jeronomista*, o qual expressava e traduzia os interesses das forças agropundiárias do Espírito Santo, de base cafeeira, em especial do sul. Tal como já apontado anteriormente, era membro de uma das famílias mais tradicionais do estado – os Sousa Monteiro, radicados em Cachoeiro de Itapemirim –, nascendo, portanto, no seio da vida política espíritossantense. Os membros dessa oligarquia tiveram presença marcante na vida política capixaba. Desde seu avô, o Capitão Francisco de Sousa Monteiro, passando pelos tios maternos, Coronel Antônio de Sousa Monteiro (Deputado Estadual e Presidente da Assembléia), Jerônimo de Sousa Monteiro (Governador – 1908/1912 –, Deputado Federal e Senador), Bernardino de Sousa Monteiro (Governador – 1916/1920 – e Senador), por seu primo, Nelson Goulart Monteiro (Deputado Federal), entre outros nomes. Assim, Carlos Lindenberg acabou herdando, além do *ethos* político constituído por sua família, as desavenças criadas por ela ao longo dos anos (SILVA, 1995).

Embora Carlos Lindenberg tenha-se candidatado a Prefeito do Município de Cachoeiro de Itapemirim, em 1920 (vide tópico anterior), sua carreira política se iniciou efetivamente após a Revolução de 1930, quando se tornou peça-chave nas articulações

em torno da organização do primeiro PSD em 1934, sendo eleito como Deputado Federal Constituinte e ocupando cargos de Secretário da Fazenda e de Agricultura Terras e Colonização do Governo de João Punaro Bley. E em 1945, ao lado de Jones dos Santos Neves e Fernando Abreu, colaborou com a fundação do novo PSD, sendo eleito Deputado Federal Constituinte para a legislatura iniciada em 1946.

Já Atílio Vivácqua era membro de uma família de imigrantes italianos que se fixou no atual Município de Muniz Freire (centro-sul do Estado) em fins do século XIX, que prosperaram com o comércio do café. O seu ingresso na carreira política se deu como vereador no Município de Cachoeiro do Itapemirim, onde exercera, mais tarde, o cargo de Prefeito, ambos na Primeira República. Nesta mesma época militara nas fileiras *bernadinistas*. Além de alguns cargos técnicos no Governo Florentino Avidos (1924/1928), foi Secretário de Educação na Gestão Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930), em que idealizou e executou uma ampla reforma educacional considerada revolucionária para a época. Durante os anos 1930 atuou como advogado, porém sem se desligar totalmente da política. Foi membro ativo do Partido da Lavoura, que fora oposição ao Governo Constitucional de João Punaro Bley (1934/1937), pelo qual fora eleito deputado estadual nas eleições de 1935. Em 1945, inicialmente no PSD, foi eleito Senador Constituinte, sendo o candidato mais votado.

Portanto, o PSD reuniu nas suas fileiras, políticos de diferentes matizes, reproduzindo-se também na realidade capixaba, o perfil clássico atribuído ao PSD como “[...] o partido da oligarquia modernizante - que reunia os interesses dos donos das terras e da burguesia comercial [...]” (BENEVIDES, 1989, p. 33).

Todavia, essa concentração de várias forças políticas em um único partido não duraria muito tempo. Além do rompimento de Vivácqua, divergências contemporizadas ante a necessidade de se criarem partidos nacionais fortes e de manter a hegemonia das elites regionais, se exacerbaram logo no primeiro pleito eleitoral ocorrido em 1947 no Estado. As conversações internas para a escolha de quem seria candidato da sigla a governador redundou na debandada de diversos elementos do PSD. Atílio Vivácqua tentou apoderar-se do partido, mas contra sua pretensão levantaram-se os mais legítimos herdeiros de Jerônimo Monteiro: Carlos Lindenberg e Fernando de Abreu, que lançaram inicialmente o General Tristão de Araripe a Governador e, com a desistência deste²¹, optaram pelo

²¹ **O General Tristão de Araripe, capixaba e muito ligado ao então Presidente**

próprio Carlos Lindenberg.

Vivácqua e seu grupo fundam, então, o Partido Republicano (PR), agremiação política criada pelo ex-Presidente Arthur Bernardes, a partir de MG, para concorrer a governador no pleito de 1947 (BENEVIDES, 1981). Além dessa, outras cisões foram ocorrendo com o passar do tempo, tal como a de Asdrúbal Soares e Raul Gilberti, que se desvincularam para fundar o PSP, já em 1952, com vistas ao pleito de 1954.

Assim, o PSD permaneceu durante todo o período como a grande força partidária, mas decadente em termos eleitorais. Em parte porque não acompanhou o padrão populista de campanha eleitoral, algo melhor incorporado pela frente de oposição formada por variados partidos que se convencionou chamar de *Coligação Democrática*. A esse respeito, o trabalho de Oliveira (2010) é revelador quando aponta para a maior assimilação, por parte desta frente partidária, da capacidade de aproximação com as camadas menos abastadas da sociedade, bem como da utilização dos meios mais modernos de comunicação de massa da época, nas duas campanhas em que Francisco Lacerda de Aguiar saiu vencedor (1954 e 1962), nas quais houve a transformação de um desconhecido fazendeiro do Sul do estado em um fenômeno eleitoral e de massas.

Além disso, o PSD também não estabeleceu, durante o período democrático, nenhuma coalizão permanente e duradoura com outra agremiação ou grupo político. Só em nível de exemplo e considerando apenas as disputas para as eleições majoritárias do período, em 1947²², o PSD compôs com a UDN e elegeu Carlos Lindenberg como Governador.

No pleito seguinte, em 1950, o PSD compôs com o PTB e venceu com Jones dos Santos Neves. Do outro lado, a partir deste pleito de 1950 vencido por Jones, os oposicionistas montaram uma ampla coalizão composta por 6 partidos que, a partir de então, se convencionou chamar de *Coligação Democrática* e que protagonizou as disputas seguintes com o PSD e com os poucos grupos a ele

Eurico Dutra, impôs como condição para a sua candidatura o consenso em torno entre aqueles que despontavam como as duas grandes lideranças políticas do Espírito Santo da época: Lindenberg e Vivácqua. Diante das divergências criadas, desistiu da candidatura no dia 26 de dezembro de 1946, sendo que o pleito ocorreria no dia 19 de janeiro.

²² Nas eleições gerais de 19 de janeiro de 1947, foram escolhidos vinte governadores de estado os membros das Assembléias Legislativas, um terço do Senado Federal, além de eleições suplementares para a Câmara dos Deputados Federais.

vinculados. Além da UDN, que durante a Gestão Lindenberg (1947-1951) havia rompido com o Governo ante o programa de contenção de gastos empreendida, a *Coligação Democrática* contou ainda com o PR, o PSP, o PDC, o PRP e o PRT, que lançaram o nome de Afonso Schwab (UDN) para o cargo de Governador.

Tal como aponta Silva (1995), apesar da grande frente partidária formada pela *Coligação Democrática*, não foi ainda nesse pleito que conseguiu derrubar a hegemonia pessedista. Além da vitória nas eleições majoritárias, o PSD, em grande medida ajudado pela aliança com o PTB, obteve maioria tanto na Câmara dos Deputados (4 dos 7 representantes), quanto na Assembléia Legislativa, com resultado muito semelhante às eleições de 1947.

À frente do Governo, Jones dos Santos Neves (1951-1954) retomou, segundo visão de Silva (1995), o que havia introduzido no seu primeiro Governo (1943-1945), isto é, o *planejamento* como linha mestra para viabilizar sua ação administrativa. Inspirado pelo que na Europa se convencionou chamar de *welfare state*, o seu segundo governo instituiu o *Plano de Valorização Econômica do Espírito Santo*, que definiu a política econômica, norteando os investimentos do Estado. Segundo esse plano, 39% da receita estimada em um quinquênio seriam destinados à infraestrutura, sendo que desse total 35% foram destinados a investimentos no aparelhamento e ampliação do porto de Vitória; 24% para aumento do suprimento de energia elétrica (Usina Rio Bonito); ampliação de vias rodoviárias, quando foram abertos mais de 150 Km de estradas, sendo pavimentados 100 Km com asfalto, numa época em que todo o Brasil só possuía 2.500 Km de estradas pavimentadas; além de construção de pontes, prédios públicos e obras urbanísticas em geral, na cidade de Vitória; destinou também 11% ao fomento da produção agrícola. Com estas e outras ações, o governo Jones introduzia o processo de mudança em uma economia que era totalmente agrícola para direcioná-la nos rumos da industrialização (VASCONCELLOS, 2010).

A iniciativa jonista só não foi mais impactante por causa da oposição intransigente sofrida pelo governo no âmbito do poder legislativo. Além disso, o seu sucessor, Francisco Lacerda de Aguiar (1955-1958), tinha uma visão mais voltada para o setor rural, tendo, por isso, suspenso os projetos iniciados por Jones (FRANCO & HEES, 2005; SILVA, 1995). A tentativa jonista de colocar alternativas sócio-econômicas ao desenvolvimento do Estado, que não a total dependência do café, acabou sendo neutralizada na gestão governamental de Francisco Lacerda de Aguiar (1955-1959),

uma vez que nesse período houve a manutenção das atividades tradicionais do Estado (SILVA, 1995).

Já em 1954, o PSD estava eminentemente dividido em relação ao nome que concorreria ao pleito, em que dois eram os postulantes: Ary Viana, o preferido do então Governador Jones de um lado e, de outro lado, Eurico Sales²³, considerado de maior consenso dentro do Partido. Neste pleito, que acabou concorrendo com Eurico Sales, figura que possuía trânsito livre nas duas principais alas do partido, o PSD se aliou somente ao PDC, partido criado pelo ex-interventor João Punaro Bley em 1947, e com parte da UDN liderada por Emílio Zanotti. A outra parte de udenistas, comandada por Eurico Rezende, permeneceu apoiando o candidato da *Coligação Democrática*, Francisco Lacerda de Aguiar, que saiu vencedor. O impasse interno e a dificuldade de trazer toda a UDN para a aliança acabou provocando a sua primeira derrota para Francisco Lacerda de Aguiar (sem partido).

Neste mesmo pleito, ficaram evidentes as cisões no interior do próprio PSD, especialmente entre os seus dois principais caciques: Carlos Lindenberg – que expressava os interesses agrofundiários, especialmente do café –, e Jones dos Santos Neves – representante da emergente fração industrial e demais forças políticas identificadas com o processo de industrialização em curso no país –, cada um visualizando ritmos distintos para o processo de desenvolvimento econômico e industrial do Estado.

Tais cisões existiam desde a fundação do PSD, porém se exacerbaram como consequência, entre outras coisas, da forma como Jones conduziu o Governo, visto como eficiente do ponto de vista administrativo, mas centralizador e autoritário politicamente, e pelo fato de Jones não ter reforçado os laços de solidariedade política com os líderes locais²⁴, algo fundamental para o equilíbrio

²³ Eurico de Aguiar Sales era membro de uma família de políticos da região central. Ingressou na carreira política como oficial de gabinete no Governo de seu tio, Aristeu Borges de Aguiar e se tornou um dos políticos capixabas de grande projeção nacional durante a República. Ocupou importantes postos da burocracia estatal e em vários níveis, como Secretário Estadual de Educação e da Cultura no período do Estado Novo, quando Jones dos Santos Neves fora interventor; Deputado na Assembléia Nacional Constituinte de 1946; Deputado Federal na legislatura iniciada em 1950, e mais à frente, no governo de Juscelino Kubitschek, foi nomeado para a direção da Superintendência de Moeda e Crédito (órgão que tinha as mesmas funções que hoje tem o Banco Central do Brasil) e o Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1957), entre vários outros cargos.

²⁴ **O Governo de Jones dos Santos Neves, segundo a opinião geral dos analistas, foi mais eficiente do que o de Carlos Lindenberg em matéria gestão administrativa**

político da época no Espírito Santo, tal como fizera Carlos Lindenberg, repercutindo na coesão interna da sigla.

Neste mesmo pleito de 1954, enquanto a cisão no PSD se mostrava cada vez mais evidente, se cristalizou um pólo aglutinador das oposições existentes desde 1947, reunidas na que ficou conhecida como *Coligação Democrática* (PR, PSP, UDN, PDC, PRP, PRT) que acabou se fortalecendo, levando à vitória de Francisco Lacerda de Aguiar (vulgo Chiquinho). Inicialmente esse elemento aglutinador foi o PR, liderado por Atílio Vivácqua, passando, a partir do pleito de 1954, a ser o PSP encabeçado por Asdrúbal Soares e, nas disputas seguintes, por Raul Gilberti, além, é claro, da própria figura de Lacerda de Aguiar que com o tempo se tornou o principal elemento catalisador da *Coligação Democrática*.

Em 1958 o PSD retorna ao poder, após a complicada gestão de Francisco Lacerda de Aguiar (1955-1958) no que tange às relações com sua base de apoio, quando ocorreu o rompimento entre o Governador e quase todos os partidos que compunham a *Coligação Democrática*. Novamente com Carlos Lindenberg, o PSD venceu, estabelecendo uma aliança com o PSP de Raul Gilberti, que se desligara da *Coligação Democrática* na gestão de Chiquinho (1955-1958).

A partir dos anos finais da década de 50, acentuava-se, paulatinamente, o aparelhamento do PSD por elementos representantes dos setores mais industrializantes, neste momento respaldados pela fortalecida *Ala Moça*. Por conta disso, indicou Jones dos Santos Neves como candidato ao Governo em 1962, no último pleito da dita *República Populista*. Durante as conversações, cometeu uma série de erros, entre os quais o de fechar os espaços e não abrir diálogo mais flexível com o PSP, partido que, pelas vitórias conquistadas nas urnas, demonstrou ser o fiel da balança do jogo político capixaba (SILVA, 1995; OLIVEIRA, 2013), naquela circunstância, cujo controle havia passado para Raul Gilberti que, além de preferido do então Governador Carlos Lindenberg²⁵ em

e realizações de obras. Porém, foi desastroso no plano político. Desentendeu-se imediatamente com o seu aliado o PTB e não correspondeu às lideranças do interior, que eram a grande sustentação eleitoral do partido. Ilustrativamente, consta que, diferentemente de Carlos Lindenberg, Jones recebia os correligionários do interior em pé, a fim de abreviar à sua permanência. E era ainda avesso às orientações vindas dos chefes políticos do interior.

²⁵ A escolha de Jones foi precedida de vários lances dramáticos dentro do PSD. Na convenção partidária em que ele foi escolhido, o governador Carlos Lindenberg defendeu a candidatura do seu vice-governador Raul Giuberti, sob

concorrer ao pleito, era importante figura política do Município de Colatina, norte do Estado, à época uma das regiões mais dinâmicas política e economicamente do Espírito Santo.

Ao fim das articulações, o PSD havia angariado apoio apenas do nanico PTN, que acabara de ser formado a partir de uma dissidência do PTB liderada por Floriano Rubim. Todas essas questões levaram à recomposição da *Coligação Democrática*, inclusive com o PSP e à consequente vitória de Francisco Lacerda de Aguiar contra o candidato pessedista, Jones dos Santos Neves.

Segundo Silva (1995), a eleição de 1962 representou a mais fragorosa derrota do PSD, uma vez que, além dos cargos majoritários, reduziu bastante seus espaços na Câmara e na Assembléia. Para o Senado, o candidato do PSD, Carlos Lindenberg, que havia se desincompatibilizado do Governo do Estado para concorrer ao pleito, ficou em terceiro lugar na disputa do cargo, perdendo para Raul Gilberti (2º colocado) e para o udenista Eurico Rezende, que ficou com a vaga.

O quadro abaixo, apesar de esquemático, mostra as alianças partidárias verificadas nas eleições do período 1945-1964. Observam-se as aproximações dos principais partidos nos pleitos majoritários dos anos 1945-1964, no Espírito Santo. Nota-se o que se observou ao longo desse tópico, isto é, a tendência à polarização entre o PSD, de um lado, e a *Coligação Democrática*, de outro, apesar de tais aproximações terem variado conforme os cálculos que as principais lideranças faziam no sentido de manterem suas posições ou terem aumentadas suas áreas de atuação/influência.

alegação de que era necessário manter a aliança com o PSP. Todavia, Lindenberg só contava com o apoio de Dirceu Cardoso e o restante do Partido havia optado por candidatura própria. Internamente ao PSD, dois postulavam concorrer: Jones dos Santos Neves, que tinha em e José Parente Frota e na *Ala Moça* representada por Christiano Dias Lopes Filho, seus principais defensores. O outro postulante era Carlos Alberto Lindenberg Von Schilgen, o Carlito, que exercia no Governo do tio a Diretoria de Saúde (estrutura que antecedeu a Secretaria de Saúde). Carlito perdeu por dois votos. Consta que, na ocasião, Carlos Lindenberg, em cujo chapéu na falta de urna no PSD foram depositados os votos dos convencionais, teria encerrado a convenção com palavras pessimistas, certo da derrota do seu partido: “- Eu não me responsabilizo pelo resultado da eleição. Os senhores que escolheram, que assumam a responsabilidade. Está encerrada a sessão”.

TABELA 2 – Síntese das alianças político-partidárias – Eleições Majoritárias no ES - 1945-1964.

ANO	Candidaturas situacionistas/Alianças	Candidaturas oposicionistas/Alianças
1947	Carlos Lindenberg (PSD) (PSD/UDN*)	Atilio Vivácqua (PR) (PR/PDC - Coligação Democrática)
1950	Jones dos Santos Neves (PSD) (PSD/PTB)	Afonso Schwab (UDN) (UDN/PR/PSP/PDC/PRP/PRT – Coligação Democrática)
1954	Eurico de Aguiar Sales (PSD) (PSD/PDC/UDN**)	Francisco Lacerda de Aguiar (Sem Partido) (PSP/PTB/PR/PRP – Coligação Democrática)
1958	Eurico Rezende (UDN) (UDN/PTB/PRP/PR – Coligação Democrática)	Carlos Lindenberg (PSD) (PSD/PSP) Floriano Rubim (PTB)
1962	Jones dos Santos Neves (PSD) (PSD/PTN)	Francisco Lacerda de Aguiar (PSP) (PSP/UDN/PRP/PTB/PDC/PRT/PTN/PSB – Coligação Democrática)

FONTE: Elaboração própria com base nos dados de Silva (1995)

*Sob a liderança de Olimpio Monteiro, apoiou oficialmente a candidatura PSD, mas parte do partido, comandada por Eurico Rezende, José de Medeiros Correia, entre outros nomes, apoiaram a candidatura Atilio Vivácqua.

** Mais uma vez a UDN foi dividida para o pleito: oficialmente, agora sob a liderança de Eurico Rezende e Dulcino Monteiro dos Santos, apoiou a *Coligação Democrática*, mas a outra parte (liderada por Emilio Zanotti) se aliou ao PSD.

A Tabela também mostra as movimentações dos vários partidos: em muitos casos, o mesmo partido participou tanto da campanha situacionista quanto da oposicionista, como é o caso da UDN nos pleitos de 1947 e 1954. Outro foi o PSP que, até às vésperas das eleições de 1962, participava das conversações como componente da base aliada do candidato do PSD, Jones dos Santos Neves. Porém, nas vésperas do registro das chapas, desentendimentos quanto aos espaços que ocuparia na campanha pessedista e no possível futuro governo Jones, levaram ao rompimento, passando o PSP a recompor a *Coligação Democrática*, com o candidato Francisco Lacerda de Aguiar, eleito novamente naquele ano.

Em relação às divisões partidárias internas, do mesmo modo que na realidade nacional, ao término do período democrático, em 1964, praticamente todas as agremiações partidárias de peso, no Espírito Santo, possuíam sérias cisões internas. No quadro abaixo, podem ser observadas tais divisões nos quatro principais partidos - PSD, PSP, PTB e UDN, sendo importante ressaltar que se trata apenas de uma generalização, uma vez que as composições variaram bastante no decorrer do período, o mesmo ocorrendo com as cisões.

TABELA 3 – Divisões internas das principais agremiações partidárias do Espírito Santo – 1960/64.

PSD	UDN	PSP	PTB
Carlos Lindenberg (Setores agro-fundiários)	Eurico Rezende Afonso Schwab Tendência a apoiar a <i>Coligação Democrática*</i>	Lourival de Almeida Asdrúbal Soares Raul Gilberti (Grupos emergentes do norte do estado: compuseram com pessedistas e com a <i>Coligação Democrática</i>)	Florianio Rubin Isaac Rubin (Ala mais conservadora. Em 1960, fundam o PTN) (Setores da burocracia e militares) – mais próximos ao PSD.
X	X		
Jones dos Santos Neves José Parente Frota Ary Viana (Setor Industrial emergente)	Fernando Lindenberg Olímpio Monteiro Abreu Emílio Zanotti (Maior aproximação com o PSD)	X	X
X		Wilson Cunha Cel. Carlos Marciano de Medeiros (Ala militar/anti-pessedista, mais próximos à Lacerda de Aguiar)	Rubens Rangel (Possuía algumas ligações com o PSD, porém esteve algumas vezes ao lado da <i>Coligação Democrática</i> , a exemplo de 1962)
Christiano Dias Lopes Carlito von Schilgen, Élcio Alvares, Mário Nicoletti, Manoel Soares, Francisco Soares, Guilherme Aires José Carlos da Fonseca (“ <i>Ala Moça</i> ”, mais alinhados com Jones dos Santos Neves, embora pudessem compor com Carlos Lindenberg)		X	X
		José Cupertino Leite de Almeida Roberto Vivacqua Joaquim Leite de Almeida (“ <i>Ala Nova</i> ” – mais próximos à Lacerda de Aguiar)	Rubens Gomes Mario Gurgel Berredo de Menezes Ramon de Oliveira (<i>Ala progressista</i> - Em 1960, fundam o MTR) (Setores urbanos. Compuseram o governo Chiquinho)

FONTE: Elaboração própria com base nos dados de Silva (1995)

*Embora no pleito de 1954 tenha apoiado o candidato do PSD, Eurico Sales, após a vitória de Chiquinho (Coligação Democrática), a UDN passou a integrar por completa a base de apoio do Governador.

Assim, pode-se concluir que todos os partidos do período sempre estiveram extremamente divididos por grupos liderados por determinados elementos detentores de respaldo político-eleitoral, o

que tornava indispensável construção de alianças eleitorais bem como coalizões de governo com cada liderança, levando-se em consideração a sua região e os respectivos grupos de interesses que representavam. Assim, pelos dados indicados, é possível reiterar a tese de Silva (1995) e Pereira (2004) que advogam a idéia de que havia a necessidade de articular com líderes locais para angariar os votos do interior do Estado. Isto é, o Espírito Santo, que teve sua ocupação iniciada no século XVI pelos lusitanos, teve muitas dificuldades de integrar suas quatro principais regiões: a da capital e suas imediações, o sul, o norte, e a região serrana. Segundo a interpretação, com o passar do tempo, interesses muito divergentes estabeleceram-se em cada uma delas: a oligarquia cafeeira do sul; pequenos proprietários enquadrados numa agricultura familiar de imigrantes alemães e italianos na região serrana; a elite comercial e os burocratas na capital e, mais tarde, os madeireiros, cafeicultores do norte e a insipiente indústria. Com essa divisão, a estabilidade política do Estado dependeria da capacidade de se articular com esses grupos de interesses locais²⁶.

Nesse sentido, o PSD foi bem sucedido em 1947, 1950 e 1958 e a *Coligação Democrática* obteve êxito nas duas ocasiões em que Lacerda de Aguiar saiu vencedor: 1954 e 1962²⁷, quando foi construída uma ampla coalizão capaz de abarcar um amplo espectro de interesses que se expressavam nas várias siglas que compuseram a *Coligação Democrática* nesses pleitos. Além disso, os dados mostram que tais alianças eram construídas sem nenhuma perspectiva programática e/ou ideológica. Eram articuladas pleito a pleito, sem a garantia de que elas pudessem se perpetuar. Não é por outro motivo que Silva (1995) e Pereira (2004) defendem a tese de que o caráter oligárquico se mantinha como principal marca das

²⁶ Sobre esse assunto, alguns estudos mostram que o êxito eleitoral ainda nos dias de hoje depende muito da articulação que se faz com as lideranças do interior, onde ainda se encontra a maior parcela do eleitorado. Sobre isso, ver: PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Por baixo dos panos: governos e assembleias no Brasil Republicano**. 2004. 239 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004; OLIVEIRA, Ueber José de. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. 326 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

²⁷ **Sobre as vitórias de Francisco Lacerda de Aguiar, ver: OLIVEIRA, Ueber José de. Desenvolvimento urbano-industrial e transformações político-eleitorais no Brasil e no Espírito Santo (1950-1990)**. In: Siqueira, Maria da Penha Smarzaró (Org.). **Desenvolvimento brasileiro: alternativas e contradições**. Vitória: Grafitusa, 2010.

disputas políticas no Espírito Santo. Sem entrar nos méritos da questão, o que ultrapassaria os objetivos do presente artigo, defendem ainda a idéia de que a principal causa para tal fenômeno foi o fato de o estado ter mantido a base primário-exportadora da sua economia, uma vez que se inseriu tardiamente no processo de industrialização, quando o Brasil, em especial a Região Sudeste, já estavam em um grau bastante avançado.

O GOLPE DE 64 NO ESPÍRITO SANTO

Em termos regionais, no momento da instauração do Golpe de 1964, o Espírito Santo era governado por Francisco Lacerda de Aguiar²⁸, eleito em 1962, tendo vencido Jones dos Santos Neves²⁹, ex-interventor de Vargas (1943-1945) e ex-governador (1951-1954). Ao contrário do que ocorrera em vários Estados e com diversos governadores, Francisco Lacerda de Aguiar não foi deposto imediatamente após a eclosão do movimento político-militar de 1964. Por conta de sua adesão, mesmo que tardia, o político permaneceu no poder. Todavia, na medida em que o Regime se perpetuava, passando a reorientar os rumos políticos e econômicos do país, o Governo Chiquinho passa a representar um sério obstáculo aos anseios, tanto do regime autoritário, quanto das elites regionais que a ele passam a se alinhar.

E foram exatamente essas forças políticas regionais, as mesmas identificadas com os *setores urbano-industriais*, reunidas em torno do antigo PSD, doravante inseridas na Arena, que haviam perdido o pleito, em 1962, para Lacerda de Aguiar, que passaram a articular ações, a partir de maior aproximação com o Regime Militar, visando a retirá-lo do Governo, lançando mão de uma verdadeira *Cruzada Anti-Chiquinho*, que redundaram na sua deposição no início do ano de 1966, dando início a um novo momento institucional no Brasil.

²⁸ Francisco Lacerda de Aguiar foi governador do Espírito Santo em duas oportunidades: uma, entre 1954 e 1958; e outra, entre 1963-1966.

²⁹ Jones dos Santos Neves governou o Espírito Santo em duas oportunidades: uma, como interventor, entre os anos de 1943/1945, substituindo João Punaro Bley, que ocupara o cargo de 1930 a 1943. Outra, depois de eleito senador da República para a legislatura 1945/1950, quando retornou ao Palácio Anchieta para o segundo mandato a frente do executivo estadual entre os anos de 1950 e 1954.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, foi feito um esforço de identificar os impactos ou rebatimentos na realidade política capixaba, das mudanças institucionais verificadas no plano nacional, especialmente no contexto da República até o Golpe de 1964. Observou-se que a Primeira República fora dominada, inicialmente, por um agrupamento oriundo do antigo Partido Liberal do Império, no caso Moniz Freire (PRC), seguida da cristalização, à frente do poder do estado, de uma oligarquia, tendo à frente os Souza Monteiro, representantes das forças mercantis-exportadoras e agrofundiárias, respectivamente, tentaram, cada um a seu modo, proporcionar saltos qualitativos ao desenvolvimento econômico capixaba, dentro daquilo que denominamos de *coalizão de possibilidades* (VILASCHI, 2011).

Após a Revolução de 30, foi nomeado Interventor para o Espírito Santo o Capitão do Exército João Punaro Bley que, sendo um elemento alijado das rivalidades políticas locais, teve habilidade para acomodar as duas principais forças políticas. Se, para muitos estudiosos, não é considerado um governo que teve a capacidade de gerar transformações substanciais na economia capixaba, teve o mérito de colocar em ordem as suas finanças, bem como dotar o Estado, parcialmente, de um suporte técnico-financeiro capaz de impulsionar a economia regional nos anos posteriores. O seu sucessor, Jones dos Santos Neves, teve o mérito de propor um projeto modernizante para a economia capixaba em bases industriais e planejamento estratégico, sendo mais um caso passível de enquadrar-se no modelo de *Coalizão de possibilidades* (VILASCHI, 2011), tal como Moniz e Jerônimo. Importante ressaltar que o projeto *Jonista* só não foi à frente por conta da hegemonia dos grupos agrofundiários, que resistiam tenazmente a qualquer transformação mais substancial na ordem econômica, bem como no modo de conduzir o Estado.

A democracia do período 1945-1964 se inicia, no Espírito Santo, com o amplo domínio do PSD, o qual abrigou as principais lideranças do cenário político capixaba. A partir de 1947, por ocasião das primeiras movimentações políticas para o pleito que ocorreria naquele ano, houve algumas cisões na sigla. Figuras tais como Atílio Vivácqua, impossibilitado de hegemonizar o PSD, fundam o PR local. Outras importantes lideranças, a exemplo de Asdrúbal Soares, Raul Gilberti e Francisco Lacerda de Aguiar, também se desvincularam do PSD que, articulados a outros

partidos, compuseram a chamada *Coligação Democrática* que, a partir daquele pleito, passou a polarizar a política do Estado com o PSD até o Golpe de 64 e a posterior extinção do multipartidarismo e a fundação do bipartidarismo, cujos realinhamentos das elites locais em um novo cenário, são assuntos para outro artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÚCIO, Fernando. **Os barões da Federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política, USP, 1998.

ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na Era Vargas**: elites políticas e reformismo autoritário (1930-1937). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg**: um estadista e seu tempo. Ed. Organizada, apresentada e anotada por Estilague Ferreira dos Santos, Fernando Achiamé. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

BENEVIDES, Maria Victoria. **A UDN e o Udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENEVIDES, Maria Victoria. **O PTB e o Trabalhismo**: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964). São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

BOU-HABIB FILHO, Namy Chequer. 2007. **A Revolta de Xandoca**: desafio à oligarquia no ES (1916). 2005. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

CARONE, Edgar. **O Tenentismo**. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, Alessandra. **Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da ARENA e do MDB**. 2004. 239 f. Tese (doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. **O Espírito Santo na República**. Vitória: Multiplicidade, 2005.

GARCIA, Amanda; MOTA, Euler; DIAS, Max. A República e a frustrada instauração da modernidade. In: MARTINUZZO, José Antônio. **Diário Capixaba**: 115 anos de imprensa oficial no Espírito Santo. Vitória, Imprensa Oficial: 2005.

GRAZZIOTTI, Marinete Simões. **Dever do estado e direito do cidadão**: as políticas públicas no governo varguista no Espírito Santo (1930-1945), 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito

Santo, Vitória, 2006.

GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

LAMOUNIER, Bolívar. **Partidos e utopias: o Brasil no limiar os nos 90**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

LAVAREDA, Antonio. **A democracia nas urnas**. O processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo, 1991.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa & Ômega, 1978.

MADEIRA, Rafael Machado. **Arena ou Arenas? A coesão partidária da legenda do Regime Militar em três estados brasileiros**. 2002. 241 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

MADEIRA, Rafael Machado. **Vinhos antigos em novas garrafas: a influências de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro**. 2006. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MEDEIROS, Rogério. **A rica trajetória do JK capixaba**. Século Diário. Vitória, Ano II, p. 1-3, fev. 2002.

MENEGUELO, Raquel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1995)**. São Paulo: Paz & Terra, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à História dos Partidos Políticos no Brasil**. Belo Horizonte. Editora UFMG. 1999.

NICOLAU, Jairo. **História do Voto no Brasil**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do Estado do Espírito Santo no contexto do Regime Militar: um estudo regional acerca das trajetórias de Arena e MDB**. 2013. 335 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2013.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. 326 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Desenvolvimento urbano-industrial e transformações político-eleitorais no Brasil e no Espírito Santo (1950-1990)**. In. Siqueira, Maria da Penha Smarzarzo (Org.). **Desenvolvimento**

brasileiro: alternativas e contradições. Vitória: Grafitusa, 2010.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Por baixo dos panos:** governos e assembleias no Brasil Republicano. 2004. 239 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RESENDE, Maria Efigenia Lage de. O processo Político na Primeira república e o Liberalismo Oligárquico, in. FERREIRA, Jorge e outros. **O Brasil Republicano, o tempo do liberalismo excludente.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RIBEIRO, Diones Augusto. **Busca à primeira grandeza:** o Espírito Santo e o Governo Moniz Freire (1892-1896), 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SCHMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil (1945-2000).** Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2000.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo:** Estado, interesses e poder. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **O desenvolvimento do porto de Vitória 1870-1940.** Vitória: CODESA, 1995.

SUETH, José Cândido Rifan; FRANCO, Sebastião Pimentel. **A dependência do Espírito Santo entre três mandatos e duas políticas:** as administrações Moniz Freire e Jerônimo Monteiro. Revista Ágora, Vitória, nº2, 2005, p. 1 - 31. Departamento de História, Universidade Federal do Espírito Santo.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. **A invenção do Coronel:** ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: SPDC, 1995.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber Jose de. Visões compartilhadas e coalizão de possibilidades: a antessala do processo de industrialização. In: VILLASCHI, Alindo. (Org.). **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento.** 1º ed. Vitória-ES: Flor&Cultura, 2011a, v. 1, p. 29-51.

VILLASCHI, Alindo. (Org.). **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento.** 1º ed. Vitória-ES: Flor&Cultura, 2011.

Recebido em 17/03/2017

Aprovado em 05/08/2017

